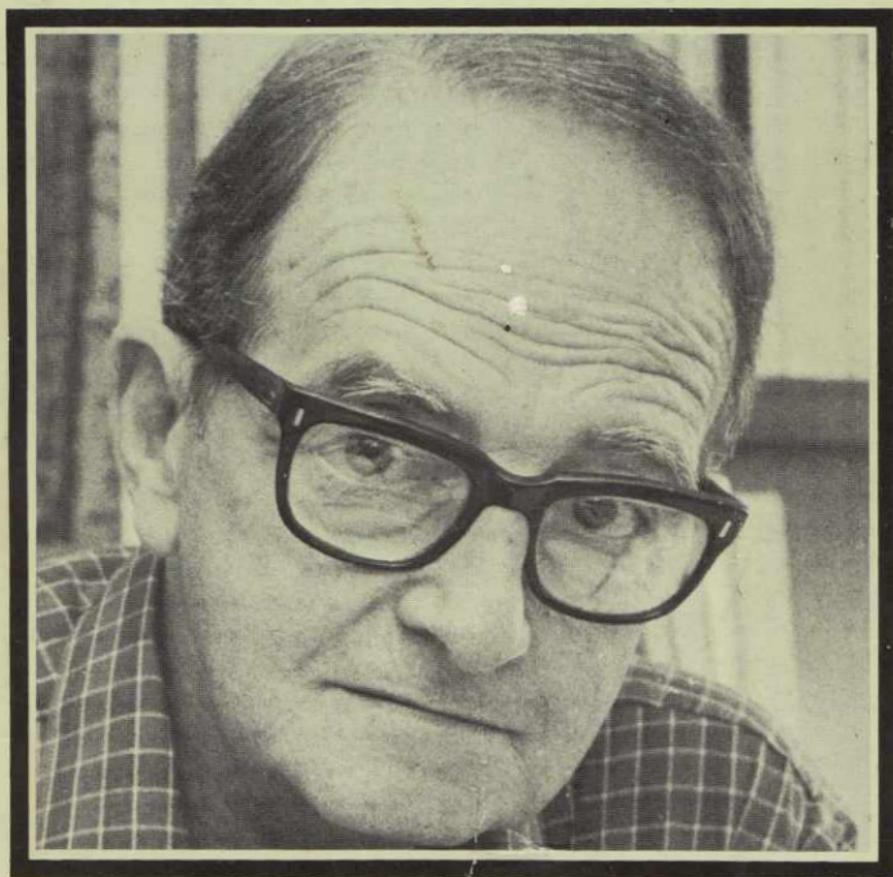


MÁRIO DIONÍSIO



Autobiografia

o jornal

shi

1.ª edição, Dezembro 1987

Copyright © Mário Dionísio

Edições «O Jornal»
Publicações Projornal, Lda.
Av. da Liberdade, 232, r/c dt.º
1200 Lisboa

Composto por Intergráfica, Publicidade e Artes Gráficas, Lda.
Impresso pela Gráfica Europam, Lda.

Depósito legal n.º 18446/87

Shi

Não tinha tempo. O ensino, a poesia, a ficção, o ensaio, a malfadada crítica, a pintura. Tudo isto chegaria bem para encher uma vida. Ou não? Sobretudo com a demora e a minúcia que me habituara a pôr em tudo e fizera de mim um animal pouco rentável. Não tinha tempo. Ninguém entenderia isto? Ninguém entenderia que o duelo não era entre o prazer e o dever? Que era entre a vida e a morte?

Pertenci ao Partido (escusado dizer qual) até Maio de 1952. E dele resolvi sair por não dispor do tempo indispensável para o que mais na vida me interessava (a corda quebrara) e por outras razões, naturalmente. De ordem teórica, de ordem prática. Caíra, enfim, no burguesíssimo orgulho de querer ver mais e melhor do que a direcção duma organização que pensava «por milhões de cérebros». Toma lá. Com toda a seriedade. E eu, já muito corroído pelo micróbio decadente: pensar por? nem sequer a rogo de?

Mas não era sequer o que actualmente se chama «um dissidente». Anti-stalinista, sim, e desde sempre, muito embora sem grande consciência disso. Ainda nem existia a palavra «stalinismo». Vinham longe o XX Congresso, as grandes revelações (confirmações), as primeiras tentativas de «de-gelo». Relendo documentos dessa altura, vejo, com pasmo, que respondia a certas objecções feitas em nome do pensamento de Stáline com frases do mesmíssimo Stáline... Estávamos todos muito verdes, eu também. O que só será compreendido por

quem puder reconstituir a época com a minúcia e a precisão indispensáveis.

Tudo se complicava muito porque nós (mas quais de nós?, quantos de nós?) sentíamos, como um espinho na carne, o dever de lutar pela felicidade dos outros. Não o fazer era uma espécie de pecado. Não sabíamos viver com esse peso, essa hipótese sequer, na consciência. Mas lutar seria obedecer de olhos fechados a uma orientação que (e assim me parecia mais e mais) não levaria a lado algum, à transformação dos homens certamente não? E o papel do intelectual (como o de qualquer outro militante) poderia limitar-se a subir e descer escadas com o único objectivo de subir e descer escadas? Não seria sua estrita obrigação (não só dele, mas sobretudo dele) esclarecer, esclarecer, esclarecer os que só o não são, à partida, por defeituosa, criminosa organização da sociedade? Uns, como eu, pensavam (o Cochofel, o Carlos de Oliveira, o Lopes Graça, não só estes) que a militância do artista deveria ser sobretudo (sobretudo, não só) no campo cultural. E que ela de modo nenhum deveria impedir o artista de dedicar-se ao conhecimento profundo da linguagem específica da arte e seus problemas. Que não havia arte revolucionária sem começar por ser arte. Que a desejada acção da arte junto do público, além de arte ser, exigia um mínimo de preparação da parte deste, a incluir nas tarefas políticas dos intelectuais. Que — princípio e fim de tudo — considerar a chamada «forma» e o chamado «conteúdo» elementos (metafisicamente)

separáveis revelava, não um conceito marxista, mas um «mecanicismo pré-dialéctico», como já lhe chamara, sem que qualquer de nós o pudesse então saber, o insuspeito Mikail Bakhtine. Outros (muito mais poderosos na organização, deliberando o que pensar, desde o vértice da pirâmide a toda a base) defendiam, e com que intransigência!, precisamente o contrário.

Coisas graves me pareciam que a crítica de baixo para cima (a inversa nunca esteve em causa), embora muito apregoada, nunca fosse possível exercê-la, que a repetição de palavras de ordem até ao atordoamento, mesmo no interior, substituísse uma cultura cientificamente indagadora, que qualquer discordância de fundo obtivesse invariavelmente como resposta: «terás razão, mas não é este o momento de». Quando a cultura não é nunca para amanhã, é sempre para já. O futuro o diria, o presente o está dizendo.

Por que não se esquecem certas coisas? Ao passar a simples «simpatizante» (era tudo afinal o que então queria e, a custo, consegui), um «amigo» — entre aspas a partir desse preciso instante — disse-me de olhinhos fixos e brilhantes: «Nunca mais farás nada». Mau agoiro para quem queria fazer tanto.

Uma ameaça? Levei tempo a entender que sim.

Muitos meses depois, já em 53, liberto pois de qualquer disciplina partidária, fiz uma série de oito conferências na Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, por iniciativa da sua

secção cultural²⁴. Público crescente. Pois sou informado de que, enquanto falava, naquele silêncio ávido e colaborante que é o prémio maior para qualquer orador, se bichanava na sala a deitar por fora: «Um tipo bestial. É pena como se portou quando esteve preso. Meteu muita gente dentro». Era infantil. Quem me conhecia, e muitos me conheciam, sabia perfeitamente que eu nunca estivera preso.

A verdade é que nenhuma organização tem culpa dos seus doentes nem até dos seus períodos de crise sobretudo com dirigentes importantes na cadeia. O que não obsta a que a bola de neve comece a tentar formar-se.

Não me passou despercebido, já três anos andados e o tosco processo concluído, o *tipo* de objecções que o Mário Sacramento e o meu velho amigo Óscar Lopes acharam por bem fazer — só eles e só então — a algumas teses expostas n' *A Paleta e o Mundo*, não se esquecendo ambos de informar os respectivos públicos de que o autor mudara de doutrina e que, embora muito isto e mais aquilo,

24. Era o desenvolvimento das que realizara no Colégio Moderno. O seu Director, Dr. João Soares, além do trabalho especificamente pedagógico, levava a cabo uma actividade cultural dirigida aos alunos mais velhos e respectivas famílias. Aí, a seu convite, pronunciei, não só a citada série, como uma palestra, no 20.º aniversário do Colégio, «Enfado ou prazer: problema central do ensino» (depois publicada, por interferência de Rui Grácio, na revista *Labor*, N.º162. Aveiro, Dezembro de 1956) e ainda outra, de introdução à leitura de modernos poetas portugueses.

abandonara «o caminho comum». ²⁵ Quanto a «caminho comum», na acepção que lhe davam, era já mais que evidente. Mas lá quanto a doutrina...

Havia muita coisa por detrás, que talvez nem eles conhecessem. Pormenores de importância, ou so pensar. E, porque a história das ideias, dos países, dos partidos, finalmente das pessoas, também de pormenores se faz, espero ainda contar os que comigo se prendem (se prenderam) quando tiver espaço para tanto. ²⁶ Não tem pressa. É talvez — é a minha vez de o pensar — não seja o melhor momento para. Resta saber se alguma vez o será.

O tempo foi ensinando muita coisa a quase toda a gente. Mesmo a alguns que não sabem que eu sei que. É melhor mudar de assunto. De qualquer modo, as propostas, anteriores e posteriores ao 25 de Abril, para «rever o meu caso», nunca me dispus, naturalmente, a aceitá-las. Sem alegria, desejo

25. Mário Sacramento, «Breve Reflexão sobre *A Paleta e o Mundo* de Mário Dionísio». *Vértice*, N.º160-161. Coimbra, 1957, p.38. Luso do Carmo (aliás Óscar Lopes), «Crítica do Livro». *Comércio do Porto*. Porto, 12.2.57.

26) Entretanto, ao leitor interessado na vulgarmente chamada «polémica interna do neo-realismo», será indispensável conhecer estes dois grupos de textos, todos eles publicados na revista *Vértice*, de Coimbra:

I. polémica António José Saraiva-João José Cochofel: Cochofel, «Notas soltas acerca da arte, dos artistas e do público» (Vol.XII, N.º107, Julho de 52, pp. 343-349); Saraiva, «Problema mal posto» (Vol.XII, N.º109, Setembro de 52, pp.495-499); Cochofel, «Problema falseado» (Vol.XII, N.º109, Setembro de 52, pp.500-504); Saraiva, «Comentários — A propósito dum lugar comum» (Vol.XIV, N.º128, Maio